

**TERMO DE COOPERAÇÃO**

*entre o*

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

*e a*

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL

*no âmbito da execução do Projeto*

“Apoio ao Dialogo de Políticas e Inovações no Brasil”

**TERMO DE COOPERAÇÃO**  
*entre o*  
**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**  
*e a*  
**FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL**

Este Termo de Cooperação (“Termo”) é celebrado entre:

- (I) **O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**, organização internacional pública, com sede em 1.300 New York Avenue, N.W., Washington, District of Columbia, Estados Unidos da América, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.720.079/0001-49, e com representação no Brasil à SEN Quadra 802, Conjunto F, Lote 39, 70800-400, Brasília, Distrito Federal, representado neste ato por seu Representante encarregado no Brasil, Sr. Félix Prieto (doravante denominado “Banco”); e
- (II) **A Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal**, pessoa jurídica de direito público brasileira, com sede em São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, 195, cj 42, Vila Olímpia, 04551-010, inscrita no CNPJ sob o n.º 60690419/0001-44, neste ato representada pelos seus procuradores, o **Sr. Eduardo de Campos Queiroz**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG 18.287.361-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 141.995.278-18, e a **Sra. Ana Paula Amaral Sardinha**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG 19.858.354-0 e inscrita no CPF/MF sob o n.º 006.417.947-89 (doravante denominada “Fundação”).

**CONSIDERANDO:**

Que o Banco é uma organização internacional pública, cujo propósito é contribuir para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social de seus países membros regionais em desenvolvimento da América Latina e Caribe.

Que em sete de julho de 2017, o Banco aprovou a Cooperação Técnica Não-Reembolsável No. ATN/OC-16216-BR, “Apoio ao Dialogo de Políticas e Inovações no Brasil”, (doravante denominado “Projeto”), conforme os termos do documento do Projeto e da carta enviada pelo Banco ao Município de Boavista (“Beneficiário”) em julho de 2017.

Que o Projeto tem como objetivo desenvolver ações direcionadas à melhora da qualidade da educação infantil no Brasil, cabendo ao Banco a condição de administrador dessa doação e órgão executor do Projeto.

Que as Partes desejam formalizar as diretrizes sobre as quais as Partes possam colaborar no âmbito da execução das atividades do Projeto.

ATN/OC-16216-BR  
Termo de Cooperação

As Partes decidem celebrar o presente Termo, nos seguintes termos:

### **CLÁUSULA 1ª**

#### **Objeto**

- 1.1 O objeto do presente Termo é a formalização de um acordo não exclusivo de cooperação para a implementação de atividades no âmbito da execução do Projeto (“Cooperação”), definindo as responsabilidades e obrigações de cada Parte e o cronograma de implementação.
- 1.2 As Partes concordam que essas e quaisquer outras atividades acordadas entre as Partes estarão sujeitas aos respectivos objetivos, funções, políticas e procedimentos das Partes.

### **CLÁUSULA 2ª**

#### **Cooperação**

- 2.1 As Partes concordam que o Banco, na qualidade de órgão executor do Projeto, deverá participar da Cooperação de acordo com as seguintes responsabilidades e obrigações, mas sempre seguindo as políticas e procedimentos do Banco:
  - (a) Direcionar os recursos do Componente I, Avaliação de Inovações na Educação Infantil, ao apoio da geração de uma Linha de Base Compreensiva da Rede da Educação Infantil do Município de Boa Vista;
  - (b) Dentro do marco da Linha de Base Compreensiva, o Banco contratará uma empresa de consultoria para adaptar e aplicar instrumentos internacionais, incluindo o MELQO (Measuring Early Learning Quality and Outcomes) para avaliar os processos, insumos e resultados nas crianças na rede municipal;
  - (c) Organizar e realizar um workshop para validar os resultados da consultoria acima mencionada com o município, a sociedade civil, parceiros e o setor acadêmico;
  - (d) Elaborar e/ou validar os Termos de Referencia (TDR) de contratação das atividades encima mencionadas;
  - (e) Estabelecer normas de execução e metas anuais de atendimento do Projeto de Cooperação Técnica, a través da Matriz de Resultados e Plano Operativo Anual;
  - (f) Monitorar e avaliar a execução técnica e física do Projeto de Cooperação Técnica e realizar vistorias, sempre que julgar conveniente;
  - (g) Promover periodicamente reuniões com as autoridades e os parceiros com vistas ao intercâmbio de ideias e acompanhamento das atividades executadas; e

- (h) Sempre que necessário, o Banco será o único responsável pelos custos de deslocamento da equipe do Banco a reuniões com a Fundação e o Beneficiário.
- 2.2 As Partes concordam que a Fundação deverá participar da Cooperação de acordo com as seguintes responsabilidades e obrigações:
- (a) Apoiar a geração da Linha de Base Compreensiva da Educação Infantil do Município de Boa Vista, mediante a contratação de consultorias para a adaptação e aplicação do MELQO para capturar os resultados ao nível da criança, sistematizar e analisar o conjunto de dados resultantes;
  - (b) Disponibilizará uma equipe composta de membros relevantes para a implementação das atividades contempladas no âmbito desta Cooperação (“Equipe da Fundação”);
  - (c) Fornecer suporte técnico ao Banco para a elaboração do Relatório Final sobre as atividades desenvolvidas de forma complementar; e
  - (d) Sempre que necessário, a Fundação será a única responsável pelos custos de deslocamento da equipe da Fundação às reuniões com o Banco.
- 2.3 As Partes concordam que ambas as Partes deverão participar da Cooperação de acordo com as seguintes atribuições comuns:
- (a) Fomentar a cooperação entre as atividades desenvolvidas no âmbito da execução do Projeto, visando facilitar a implementação dos mesmos;
  - (b) Realizar comunicações permanentes entre as Partes para comunicar os planos de execução correspondentes, com metas e datas aproximadas;
  - (c) Não utilizar o nome, emblema, símbolo, logotipo, ou qualquer abreviatura, da outra Parte, para qualquer uso ou finalidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da respectiva Parte, mesmo após o término da vigência deste Termo;
  - (d) Designar um ou mais funcionários que possam representá-la em todos os atos relacionados com a execução deste Termo;
  - (e) Comunicar formalmente à outra Parte, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a substituição de seus prepostos designados neste instrumento;
  - (f) Manter aporte de recursos humanos, materiais e financeiros compatíveis para a realização dos trabalhos previstos no âmbito da Cooperação; e
  - (g) Manter uma estreita relação de cordialidade e respeito com a outra Parte ou quem a represente.

- 2.4 Outras atividades correlatas poderão ser acordadas pelas Partes periodicamente, sujeito às políticas e aos procedimentos de cada uma das Partes.
- 2.5 As políticas e procedimentos do Banco serão aplicadas à implementação do Projeto, incluindo, mas não se limitando, as políticas e procedimentos sobre contratação de consultores, serviços de consultoria e outros serviços.
- 2.6 O presente Termo não representa compromisso de financiamento pelo Banco.
- 2.7 O presente Termo não representa compromisso de uma das Partes no sentido de dar tratamento preferencial à outra em qualquer assunto contemplado no presente Termo ou de qualquer outra maneira.

### **CLÁUSULA 3ª** **Propriedade Intelectual**

- 3.1 Quaisquer documentos e/ou conteúdo elaborado, desenvolvido, customizado ou sistematizado oriundos desta Cooperação são de propriedade de seus autores, sendo a Parte contratante responsável por obter do consultor responsável pela execução do Projeto, bem como de todos os seus sócios, administradores, funcionários, prepostos e/ou colaboradores de qualquer natureza que sejam diretamente envolvidos na elaboração do Projeto (“Colaboradores do Projeto”) o consentimento em licenciar os Produtos às partes, de forma não exclusiva e para uso não comercial.
- 3.2 As Partes poderão utilizar, editar, adaptar, traduzir, reproduzir, divulgar e explorar os Produtos a seu exclusivo critério, por qualquer meio, no Brasil ou no exterior, para educar, realizar pesquisa, desenvolver, fazer, mandar fazer, importar, exportar ou distribuir quaisquer produtos, processos ou soluções em mercados em desenvolvimento, sem que seja devida qualquer espécie de remuneração adicional.

### **CLÁUSULA 4ª** **Comunicação e Divulgação de Informações**

- 4.1 Com o objetivo de facilitar a implementação da Cooperação, o canal de comunicação de cada uma das Partes será o seguinte:

Pelo Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
SEN Quadra 802, Conjunto F, Lote 39, 70800-400  
Brasília, Distrito Federal  
BRASIL  
A/C: João Marcelo Borges  
Telefone: +55 (61) 3317-4160  
E-mail: jmborges@iadb.org

ATN/OC-16216-BR  
Termo de Cooperação

Pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal:  
A/C: Eduardo Marino  
Rua Fidêncio Ramos, 195, cj 42, Vila Olímpia, 04551-010  
São Paulo, SP  
BRASIL  
Telefone: +55 (11) 3330-2856  
E-mail: eduardo@fmcsv.org.br

- 4.2 Cada Parte poderá, mediante notificação escrita à outra Parte, designar representantes adicionais ou substituir o representante designado na presente Cláusula por outros representantes.
- 4.3 Qualquer intercâmbio de informações entre as Partes estará sujeito às condições do presente Termo e às suas respectivas políticas e procedimentos sobre divulgação de informações.
- 4.4 Sujeito às políticas e aos procedimentos das Partes com respeito à divulgação de informações, as Partes podem disponibilizar publicamente o presente Termo.

#### **CLÁUSULA 5ª** **Vigência, Alterações, Rescisão e Disposições Gerais**

- 5.1 O presente Termo entrará em vigor na data de sua assinatura pelas Partes e permanecerá em vigor até o término do prazo de execução do Projeto (prazo este que poderá ser alterado mediante acordo escrito celebrado entre todas as Partes) exceto pela Cláusula 4ª, que permanecerá em vigor por período indeterminado. O término do presente Termo não afetará as demais obrigações contratuais assumidas pelas Partes no âmbito do presente Termo.
- 5.2 O presente Termo somente poderá ser modificado por consentimento escrito de ambas as Partes.
- 5.3 Não obstante os prazos estabelecidos acima, o presente Termo poderá ser rescindido por qualquer uma das Partes, somente em relação a tal Parte, mediante notificação à outra Parte, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência. Neste período, deverão ser regularmente cumpridas, pelas Partes, todas as obrigações ajustadas neste Termo.
- 5.4 Nenhum dispositivo deste Termo poderá ser interpretado como o estabelecimento de uma relação de agente entre as Partes.
- 5.5 O presente Termo será válido de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

- 5.6 As partes concordam que todos os conflitos oriundos do presente Termo, assim como quaisquer disputas sobre os mesmos e sua interpretação, construção e validade serão resolvidas amigavelmente. Se não for possível uma resolução amigável, uma das Partes deverá notificar, por escrito, a outra sobre o objeto da disputa e o assunto será submetido à arbitragem, nos termos da Lei Federal n.º 13.129/2015, que será final e obrigatória para as Partes, e deverá decidida por um único árbitro eleito pelas Partes, cuja decisão as Partes desde já concordam em acatar e cumprir. A arbitragem será conduzida pela Associação Americana de Arbitragem (American Arbitration Association), de acordo com as suas regras e procedimentos de arbitragem comercial. A arbitragem será realizada na cidade de Washington, D.C., nos Estados Unidos da América, e o idioma da arbitragem será o inglês, com a possibilidade de interpretação simultânea dos argumentos orais ao Português, se assim for solicitado por qualquer uma das Partes. O árbitro contará com a assistência de um advogado, se assim o desejar, ou se for solicitado por quaisquer das Partes. Os custos da arbitragem serão divididos igualmente entre as Partes.
- 5.7 Nenhum dispositivo deste Termo restringe, limita ou anula quaisquer direitos, privilégios ou imunidades garantidas ao Banco sob qualquer tratado e/ou lei nacional ou internacional, aplicáveis no território brasileiro. Caso qualquer uma das partes tenha conhecimento da não observância a referidos direitos, privilégios e imunidades pelas autoridades públicas ou qualquer pessoa, tal parte deverá informar o ocorrido ao Banco, imediatamente e por escrito, a fim de que o Banco possa tomar as medidas que entender apropriadas para proteger tais privilégios e imunidades. Nenhuma condição deste Termo deverá impedir o Banco de tomar quaisquer ações que sejam necessárias para prevenir danos imediatos e irreparáveis aos seus privilégios e imunidades. A Fundação se compromete a cooperar com o Banco em quaisquer ações que sejam necessárias para prevenir tais danos.
- 5.8 Para os fins deste Termo, qualquer referência ao Banco significa uma referência ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma organização pública internacional constituída por 48 países, incluindo o Brasil. O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi constituído de acordo com o Acordo de Constituição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (realizado em Washington, em 08 de abril de 1959). A República Federativa do Brasil aceitou ser membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento de acordo com o Decreto Legislativo n.º 18, datado de 07 de dezembro de 1959, ratificado pelo Decreto n.º 73.131, de 09 de novembro de 1973. De acordo com as previsões da legislação retro mencionada, as leis dos países membros e a Lei Internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento, certos privilégios e imunidades foram acordados nos territórios de cada país membro. Nada neste Termo deverá ser construído ou interpretado como uma renúncia a qualquer privilégio e/ou imunidade.

EM TESTEMUNHO DO QUE, as Partes, por intermédio de seus representantes devidamente autorizados, assinam o presente Termo em 2 (duas) vias originais em português, nas datas indicadas abaixo.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

/A/

---

Félix Prieto  
Representante Encarregado do Banco no Brasil

Data: 07 de Julho de 2017

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL

/A/

---

Eduardo de Campos Queiroz  
Director Presidente

Data: 7 de Julho de 2017

/A/

---

Ana Paula Amaral Sardinha  
Gerente de Estratégia e Operações

Data: 7 de Julho de 2017